ISSN: 0101-6342

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

n. 89 – jan. 2021 – jun. 2021

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul n. 89 – jan. 2021 – jun. 2021

Diretor da Revista Michael Schneider Flach

*Vice-Diretor*Vinícius de Melo Lima

Conselho Editorial
Alexandre Sikinowski Saltz
Annelise Monteiro Steigleder
Charles Emil Machado Martins
Érico Fernando Barin
Fábio Roque Sbardellotto
Júlia Flores Schutt
Luciano de Faria Brasil
Rodrigo da Silva Brandalise

Conselho de Professores Convidados
Adalberto de Souza Pasqualotto – PUCRS
Antônio Carlos Nedel – UNISINOS
Bruno Miragem – UFRGS
Cláudia Lima Marques – UFRGS
Delton Winter de Carvalho – UNISINOS
Gabriel Real Ferrer – Alicante-ES
Hugo Nigro Mazzilli – ESMP-SP
José Rubens Morato Leite – UFSC
Lidia Garrido Corbobera - UBA-AR
Luís Gustavo Andrade Madeira – PUCRS
Mauro Fonseca Andrade – UFRGS

Nestor Caferatta – UBA-AR Patryck de Araújo Ayala – UFMT Paulo de Sousa Mendes – Universidade de Lisboa-PT Sandra Regina Martini Vial – UNISINOS Solange Telles da Silva – Universidade Makenzie

> Presidente da AMP/RS João Ricardo Santos Tavares

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 89 (2021)-. –

Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm

Semestral

ISSN 0101-6342

1. Direito – Periódicos 2. Direito Constitucional – Brasil. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público II. Schneider Flach, Michael (Diretor da Publicação) Índice para catálogo sistemático:

Direito – Periódicos CDU 34(051)

CDD 340.05

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Alex Fernandes Santiago Alexandre Sikinowski Saltz Álvaro Jáder Lima Dantas Ana Maria Moreira Marchesan André Jasper André Rafael Weyermüller Andrea Almeida Barros Annelise Monteiro Steigleder Bruno de Lima Silva Carolaine Budke Débora Maldaner Cibils Débora Regina Menegat Eugênio Hainzenreder Júnior Giselle Ribeiro de Oliveira Lívia Teresinha Salomão Piccinini Luciana Turatti Marcelo Lemos Vieira Marcílio Toscano Franca Filho Marcos Paulo de Souza Miranda Michael Schneider Flach Patrícia Maldaner Cibils Plínio Lacerda Martins Sandra Cureau Sílvia Cappelli Vanessa Morelo Amaral Ximena Cardozo Ferreira

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul n. 89 – jan. 2021 – jun. 2021



Porto Alegre, 2021

© dos autores, 2021

Organização
Reni Brod
presidencia@amprs.org.br – Fone: (51) 3254.5306

Revisão
Caroline de Oliveira Severo
carol0522@gmail.com – Fone: (51) 99968.2284

Editoração eletrônica Nilmara Trindade da Silveira nilsilveira@cpovo.net – Fone: (51) 99919.4758

> Direitos desta edição reservados por AMP/RS

A Revista do Ministério Público é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS, www.revistadomprs.org.br

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 90050-191 – Porto Alegre, RS Fone: (51) 3254.5300 amprs@amprs.org.br www.amprs.org.br

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ("INTERNET"), NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR, SEM QUALQUER DIREITO AUTORAL

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

API	RESENTAÇÃO	7
DII	REITO AMBIENTAL	IBIENTAL CIALIDADE DE ÁGUA E A NECESSIDADE OVER SEGURANÇA HÍDRICA TOR PARA GARANTIA DE DIREITOS
01	A ESSENCIALIDADE DE ÁGUA E A NECESSIDADE DE PROMOVER SEGURANÇA HÍDRICA COMO FATOR PARA GARANTIA DE DIREITOS André Rafael Weyermüller Bruno de Lima Silva Carolaine Budke	9
02	A MEDIAÇÃO COMO FORMA DE RECONHECIMENTO DO OUTRO: a crise que envolveu a coleta seletiva na paralisação dos catadores na Covid-19 Marcelo Lemos Vieira Vanessa Morelo Amaral	31
03	A RESPONSABILIDADE CIVIL E O CASO DO 2.4-D A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO, DA PRECAUÇÃO E DO POLUIDOR PAGADOR Patrícia Maldaner Cibils	55
04	APROPRIAÇÃO DA FÓRMULA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PELO MERCADO E SEUS REFLEXOS. Apontamentos sobre hiperconsumo e lavagem verde na publicidade empresarial	71
05	HERMENÊUTICA JURÍDICA AMBIENTAL OU PADRÃO HERMENÊUTICO A SER SEGUIDO? Breves reflexões a partir da jusfundamentalização do ambiente Alexandre Sikinowski Saltz	91
06	IN DUBIO PRO NATURA	111

07	RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR DO RIO TAQUARI: o Ministério Público na defesa dos direitos coletivos Andrea Almeida Barros Luciana Turatti André Jasper	137
08	UM ESTUDO SOBRE A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICÁVEL AO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO DO CIRURGIÃO-DENTISTA EMPREGADO Débora Maldaner Cibils Eugênio Hainzenreder Júnior	157
PAT	RIMÔNIO CULTURAL E URBANISMO	
09	A JORNADA HISTÓRICA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL Michael Schneider Flach	183
10	A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO AMBIENTAL E NA TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL Annelise Monteiro Steigleder Lívia Teresinha Salomão Piccinini	205
11	ASPECTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO Marcos Paulo de Souza Miranda	233
12	A CIDADANIA CULTURAL E A ACESSIBILIDADE A PRÉDIOS E SÍTIOS DE VALOR HISTÓRICO E CULTURAL Marcílio Toscano Franca Filho Álvaro Jáder Lima Dantas	267
13	COMENTÁRIOS SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2396-2020: alterações injustificáveis no instituto do tombamento Ana Maria Moreira Marchesan Giselle Ribeiro de Oliveira Marcos Paulo de Souza Miranda Michael Schneider Flach Sandra Cureau	281
14	O DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL AO SANEAMENTO BÁSICO Débora Regina Menegat	307
15	PLANEJAMENTO TERRITORIAL COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE DANOS CAUSADOS POR INUNDAÇÕES Ximena Cardozo Ferreira	339

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o volume 89 da Revista do Ministério Público.

A presente edição trata-se de um Dossiê específico dedicado a estudos sobre o Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural.

Além da extrema relevância de tais áreas, a temática assume importância ainda maior no atual momento nacional, em que nos defrontamos com medidas que representam claro risco de violação aos princípios da proibição do retrocesso e da proibição deficiente, em especial pelas políticas públicas ambientais como um todo e de atentados decorrentes de ações e omissões.

Agradecemos a colaboração dos que laboraram em favor desta publicação e desejamos uma boa leitura.

Michael Schneider Flach, Diretor da Revista do Ministério Público